



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Gestor responsável: Wanzete Kruger

Exercício: 2022

1. Introdução

A Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Unidade Central de Controle Interno) elaborou o Plano de Ação do Controle Interno – PACI para o exercício de 2022 (Processo PMDM nº 139/2022), bem como elaborou e publicou o Plano Anual de Auditoria – PAAI (Processo PMDM nº 138/2022) para o mesmo exercício, disponibilizando o planejamento dos procedimentos de auditoria e controle a serem executados no período referenciado, bem como a normatização operacional que seria empregada como balizador das atividades propostas. Ressalta-se que ambos foram tempestivamente publicados no Portal da Transparência do Município de Domingos Martins.

As auditorias programadas para o ano de 2022, expostas no Plano supramencionado, pretendiam avaliar o funcionamento e a regularidade de alguns Sistemas Administrativos, selecionados conforme aspectos de materialidade, relevância e vulnerabilidade, por meio da elaboração da Matriz de Riscos, utilizando também os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de Avaliação dos Serviços Prestados, bem como as práticas diárias do Controle Interno.

Toda a atuação da Unidade de Controle foi regida pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, e especialmente, pelos princípios da segregação de funções e da preservação da independência.

Especificamente para a Unidade Prefeitura Municipal, foram avaliados os pontos de controle abordados no RELUCI – Gestão da Prefeitura, por meio de avaliação de documentos específicos, tais como, demonstrativos, anexos e relatórios contábeis, e de pessoal. Além destes pontos, outras temáticas foram analisadas através de auditorias, inspeções, recomendações, relatórios, entre outras, todas atividades previstas no PAAI 2022.

Além das Auditorias e Fiscalizações, o Controle Interno atuou também, através de ações preventivas e corretivas, frente às falhas detectadas, informando aos setores a importância de submeter-se às normas vigentes.

O PAAI 2022 como instrumento de planejamento para a atuação do Controle Interno não esgotou as atividades desenvolvidas pelo mesmo, dado que diversas realidades supervenientes exigiram atenção da Controladoria, de forma a promover retificações no referido Plano e a adequação dos trabalhos. Os critérios analisados estão dispostos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Temáticas avaliadas pelo Controle Interno de Domingos Martins no exercício de 2022.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
3.1	Funcionalidades do Portal da Transparência de Domingos Martins.	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico;	- Lei Federal nº 12.527/2011; - LRF. Lei da Transparência nº 131/2009; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021.	- Verificar a funcionalidade e adequação do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, quanto aos aspectos avaliados pelo TCEES; - Divulgação obrigatória das informações previstas em lei;	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico
3.2	Ouvidoria Municipal.	- Site Oficial da Prefeitura Municipal de Domingos Martins; - Registros de manifestações na Ouvidoria física; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Lei Federal nº 12.527/2011 - LRF; - Lei da Transparência nº 131/2009; - Lei Federal nº 13.460/2017, participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.	Avaliar o efetivo funcionamento da Ouvidoria Municipal, física e eletrônica.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente existentes na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente e eletronicamente na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.
3.3	Divulgação dos serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins, por meio da elaboração e divulgação das Cartas	Tabelas com informações sobre os serviços prestados por cada Secretaria, elaboradas pelas mesmas.	- Lei Federal nº 13.460/2017, participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.	Elaborar e divulgar as cartas de serviços de cada Secretaria da Prefeitura de Domingos Martins, no site oficial do Município, bem	Tabelas com informações sobre os serviços prestados pelas 13 Secretarias Municipais.	Tabelas com informações sobre os serviços prestados pelas 13 Secretarias Municipais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
	de Serviços ao usuário.			como disponibilizá-la nas dependências físicas das mesmas.		
3.4	Sobre a implantação da Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021	- Lei nº 14.133/2021; - Revogação das Leis nº 8.666/1993), Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11); - Processos de aquisição e contratação.	- Lei nº 14.133/2021;	Recomendação quanto ao atendimento às disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, de 01/04/2021	- Processos de aquisição e contratação.	- Processos de aquisição e contratação.
3.5	Cômputo das despesas com contratação de mão de obra no Limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.	- Processos de contratação temporária de mão de obra pela Prefeitura de Domingos Martins; - Limite de Gastos com Pessoal.	- Constituição Federal de 1988; - Lei Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal	Avaliar a realização de cômputo das despesas com contratação temporária de mão de obra no limite de pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.	- Processos de despesas com contratação de mão de obra.	- Processos de despesas com contratação de mão de obra.
3.6	Realização de Concurso Público	- Constituição Federal, artigo 37, inciso II; - Quadro de pessoal da Prefeitura; - Últimos concursos realizados.	- Constituição Federal de 1988; - Lei Federal nº 8.429/1992;	Manifestação quanto à observância ao princípio da isonomia, impessoalidade e moralidade no que concerne à realização de Concurso Público para preenchimento do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal.	- Quadro de pessoal da Prefeitura;	- Quadro de pessoal da Prefeitura;
3.7	Regularidade Fiscal e Trabalhista nos processos de contratações e aquisições	- Certidões de regularidade fiscal e trabalhistas nos processos de contratação e aquisição; - Fiscalização de contratos;	- Lei Federal nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos; - Instrução Normativa SCI nº 007/2017 – sobre a fiscalização de contratos administrativos no âmbito da Prefeitura de Domingos Martins.	Manifestação quanto a atribuição dos fiscais de contrato de fiscalizar e garantir a manutenção das condições habilitatórias pelas empresas na execução do contrato, no que concerne a regularidade fiscal e trabalhista junto à fazenda pública federal, estadual e municipal.	- Processos de aquisição e contratação da Prefeitura.	- Processos de aquisição e contratação da Prefeitura.
3.8	Sobre a realização de Despesa sem prévio empenho.	- Listagem de empenhos, liquidações e pagamentos;	- Lei Federal nº 4.320/1964	Averiguar a realização de despesa sem prévio empenho pela	- Processos de despesa e a observância aos respectivos	- Processos de despesa e a observância aos respectivos

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
		- Processos de pagamento, devidamente instruídos.		Prefeitura de Domingos Martins.	estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.	estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.
3.9	Adoção de processo seletivo para contratações temporárias.	Contratações temporárias.	- Art. 37, da Constituição Federal; - Lei Federal nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa;	Observar o princípio da impessoalidade e da moralidade no que concerne à realização de Processo Seletivo para a contratação de servidores para o quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, conforme artigo 37 da Constituição Federal.	Contratações temporárias excepcionais.	Contratações temporárias excepcionais.
3.10	Segurança e medicina do trabalho	- Ausência de equipe de segurança e medicina do trabalho, própria ou terceirizada, no município de Domingos Martins.	- Lei Complementar nº 56/2022; - Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; - Portaria nº 3214/1978; - Normas Regulamentadoras – NR – CLT.	Observância a legislação de segurança e medicina do trabalho, constante na Consolidação das Leis do Trabalho e as suas Normas Regulamentadoras, aprovadas pela Portaria nº 3.214/1978 que consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.	Secretaria de Administração e Recursos Humanos, Secretaria de Governo e Procuradoria Geral.	Secretaria de Administração e Recursos Humanos, Secretaria de Governo e Procuradoria Geral.
3.11	Atos relacionados ao gerenciamento e controle do transporte de pacientes às unidades de saúde.	- Instrução Normativa SSP nº 003/2013; - Mapas diários de veículos; - Procedimentos administrativos relacionados ao Transporte de Pacientes; - Demais documentos relacionados ao transporte de pacientes.	- Constituição Federal; - Instrução Normativa SSP nº 003/2013; - Resolução nº 13/2017 Ministério da Saúde;	Verificar a conformidade, a legalidade e a eficiência da Secretaria de Saúde de Domingos Martins no que concerne aos atos relacionados ao gerenciamento e controle do transporte de pacientes às unidades de saúde.	Gerência de Transporte da Saúde	Gerência de Transporte da Saúde
3.12	Conformidade das cláusulas dos	Contratos Administrativos de	- Lei Federal nº 8.666/1993 – Lei	Verificar a legalidade,	154 contratos da Prefeitura e 34	16 contratos da Prefeitura e 04

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
	contratos administrativos oriundos dos processos de aquisição de materiais e serviços por meio de processos licitatórios ou de compra direta na Prefeitura de Domingos Martins.	aquisição e serviços.	de Licitações e Contratos;	eficiência e conformidade das cláusulas dos contratos administrativos oriundos dos processos de aquisição de materiais e serviços por meio de processos licitatórios ou de compra direta na Prefeitura de Domingos Martins.	contratos do Fundo Municipal de Saúde.	contratos do Fundo Municipal de Saúde.
3.13	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.	- Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Avaliar a conformidade dos pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.	- Amostra selecionada conforme especificado no RELUCI.
3.14	Atualização e elaboração de Normas.	- Instruções Normativas existentes que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos.	- Resolução TCE-ES nº 227/2011.	Atualizar Instruções Normativas existentes, bem como Elaborar novas Instruções Normativas para regulamentar os procedimentos firmados no âmbito da Prefeitura de Domingos Martins ainda carentes de estruturação formal.	- Instruções Normativas existentes nos diversos sistemas da Prefeitura, que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.	- Instruções Normativas existentes nos diversos sistemas da Prefeitura, que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.
3.15	Aprimoramento da gestão pública e fortalecimento do combate à corrupção, observando três critérios Transparência, Integridade e Participação, através da adesão ao PROGRAMA TIME BRASIL, da Controladoria Geral da União.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social.	- Constituição Federal; - Lei Federal nº 12.527/2011; - Lei Complementar nº 131/2009; - Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021; - Decreto Normativo Municipal nº 3392/2019.	Elaborar Plano de Ação com metas a serem cumpridas pelo município para avanços na gestão pública nos eixos transparência, integridade e participação.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social, abrangidos pelo Plano de Ação do Programa Time Brasil.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social, abrangidos pelo Plano de Ação do Programa Time Brasil.
3.16	Avaliação periódica dos Serviços Públicos, conforme	Questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos	- Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto	Avaliar os serviços prestados no âmbito da Administração	Respostas ao questionário online de Avaliação dos	Respostas ao questionário online de

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
	previsto na Lei nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Prestados, destinados ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Normativo nº 3.392/2019.	Pública Municipal, averiguando a qualidade do mesmo e a satisfação do usuário.	Serviços Públicos Prestados, destinados ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinados ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins, exercício 2022.
3.17	Avaliação da atuação do Controle Interno e identificação de Riscos na Prefeitura de Domingos Martins, para a elaboração da Matriz de Riscos, que será utilizada para fundamentar os planos de trabalho da Controladoria no exercício de 2023.	- Questionários elaborados pela Controladoria Interna e aplicados nas Secretarias Municipais de Domingos Martins.	- Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.	- Avaliar, junto às Secretarias Municipais, as temáticas que envolvem maior risco na Prefeitura e exigem maior atuação do Controle Interno, para a elaboração do PACI e PAAI do exercício seguinte; - Avaliar a atuação do Controle Interno ante as Secretarias Municipais.	- Secretarias Municipais de Administração e Recursos Humanos, da Fazenda, de Governo, de Interior e Transporte, de Educação e Esporte, de Cultura e Turismo, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, de Meio Ambiente, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Rural e de Obras e Serviços Urbanos.	- Servidores que participaram.
3.18	Avaliação de Riscos junto a Comunidade, através de disponibilização de Consulta Pública, para fundamentar os planos de trabalho da Controladoria no exercício de 2023.	- Questionário elaborado pela Controladoria Interna e disponibilizado no site oficial da Prefeitura e redes sociais.	- Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.	- Avaliar, junto à Comunidade, as temáticas que envolvem maior risco na Prefeitura e exigem maior atuação do Controle Interno, para a elaboração do PACI e PAAI do exercício seguinte;	- Comunidade;	- Comunidade;
3.19	Elaboração do Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2023, incluindo Prefeitura e Fundo de Saúde.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de	- Resolução TCE-ES nº 227/2011; - Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.	Elaborar o Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2023, com base nas informações obtidas da Matriz de Risco, dos instrumentos legais, das rotinas da Prefeitura e da sociedade.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias;	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
		servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.			- Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.	necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.
3.20	Cumprimento das recomendações do TCE-ES acerca da Auditoria de Receitas Tributárias, realizada em 2017.	- Plano de Ação da Prefeitura elaborado pelo setor de tributação, ante a Auditoria das Receitas Tributárias municipais realizada pelo TCE-ES no município de Domingos Martins.	- Lei Orgânica do Tribunal – Lei Complementar nº 621/2012; - Regimento Interno do TCE-ES – Resolução nº 261/2013.	- Acompanhamento da implantação das recomendações realizadas pelo TCE-ES a Prefeitura de Domingos Martins.	- Processo TC nº 2645/2017 e demais documentos relacionados.	- Processo TC nº 2645/2017 e demais documentos relacionados.

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

Tabela 2: Achados e proposições relacionados às temáticas avaliadas pelo Controle Interno de Domingos Martins no exercício de 2022.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.1	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, analisando as demandas de publicação e atualização dos dados disponibilizados.</p> <p>No decorrer de 2022 a Prefeitura de Domingos Martins passou por 02 avaliações de entidades/órgãos externos, a ONG Transparência Capixaba e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:</p> <p>a) Avaliação do Índice de Transparência e Governança Pública – ONG Transparência Capixaba: Implementações no site oficial e Portal da Transparência com a disponibilização de acesso a links e documentos anteriormente não disponibilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - diário oficial; - audiências públicas; - acompanhamento PPA; - emendas parlamentares; - redes sociais; <p>Índice alcançado pela Prefeitura: bom.</p> <p>b) Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo: regularização na publicação de documentos no Portal</p>	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência no exercício 2022 e conduziu as análises e implementações necessárias conforme as Avaliações realizadas. Foram notificados os setores responsáveis pelas inconsistências verificadas, bem como a empresa responsável pela gestão e manutenção do Portal e disponibilização dos menus de informação, para que providenciasse as correções e melhorias devidas, por meio do envio dos seguintes documentos:</p> <p>a) Disponibilização de documentos pela Controladoria; solicitação de atualização de dados às Secretarias e ao setor de Comunicação no site oficial do município.</p> <p>b) Solicitação à empresa: Ofício/PMDM/SECGAB nº 465/2022; Solicitação de atualização de dados às Secretarias e site oficial do município.</p>	<p>a) Regular;</p> <p>b) Regular;</p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	da Transparência. Índice alcançado pela Prefeitura: selo ouro 85,87%.		
3.2	<p>Sobre a Ouvidoria Municipal, foram observados os seguintes trabalhos:</p> <p>a) Acompanhamento permanente do Sistema Online de Ouvidoria (FalaBR);</p> <p>b) Acompanhamento da Ouvidoria Física Interna, nas dependências da Controladoria, e da Ouvidoria Física Externa, nas dependências da Gerência de Informática, sob responsabilidade do Ouvidor;</p> <p>c) Notificações formais às Secretarias Municipais, em função do não cumprimento dos prazos previstos para respostas às manifestações da Ouvidoria;</p> <p>d) Prorrogação da implementação e concretização dos projetos previstos no Relatório anual de Gestão da Ouvidoria do ano de 2022, para serem executados no exercício de 2023, sendo estes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de cartazes e folders para a maior divulgação do Sistema de Ouvidoria, bem como orientações sobre seu adequado funcionamento, para a comunidade e para os servidores; - Disponibilização de “Caixas de Sugestão” ou “Caixas de Ouvidoria” para receber manifestações por escrito principalmente nas unidades escolares e nas unidades de saúde, podendo ser estendida para os demais órgãos, conforme o desempenho alcançado; - Instituir ouvidores locais nestes estabelecimentos, para administrar as manifestações recebidas, apurando-as semanalmente e procedendo com o encaminhamento das melhorias necessárias. <p>e) Elaboração e Publicação do Relatório de gestão da Ouvidoria Online e Física – ano de 2022, conforme determinado na Legislação Federal e no Decreto Normativo Municipal nº 3.392/2019.</p>	O Controle Interno da Prefeitura se manifestou, recomendando a necessidade de concretizar os projetos pendentes relacionados a Ouvidoria. Estão previstos para o início de 2023, os projetos de divulgação e expansão da Ouvidoria, como a elaboração de cartazes e folders para a maior divulgação do Sistema de Ouvidoria; e a disponibilização de “Caixas de Sugestão” ou “Caixas de Ouvidoria” nas dependências dos prédios públicos, unidades escolares e nas unidades de saúde.	Esta temática está regular quanto às exigências legais, encontrando-se apenas em processo de aperfeiçoamento funcional.
3.3	<p>Elaboração e divulgação das Cartas de Serviço da Prefeitura de Domingos Martins, individualizando as competências de cada Secretaria, em obediência a Lei Federal nº 13.460/2017 e o Decreto Normativo Municipal nº 3392/2019.</p> <p>As Cartas de Serviço das Secretarias que prestam atendimento a população estão disponibilizadas no Portal da Transparência</p>	A Controladoria acompanhou a elaboração e a devida publicação dos documentos. O objetivo é a publicação e atualização das cartas de todas Secretarias Municipais. Dessa forma, além do auxílio na elaboração e publicação, a Controladoria acompanhará a atualização anual dos documentos e a disponibilização dos documentos de forma impressa nas dependências de cada Secretaria.	Esta temática está regular quanto às exigências legais, encontrando-se em vias de encerramento, com a divulgação de todas na forma impressa.
3.4	Ação preventiva sobre a necessidade de conhecimento e implantação das mudanças trazidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, e adoção de providências para capacitação dos servidores envolvidos, bem com para o cumprimento do prazo de	A Controladoria emitiu a Recomendação Técnica nº 001/2022, reforçando recomendação emitida no ano anterior , orientando o Gestor e as Secretarias envolvidas acerca das disposições da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, de 01/04/2021, que substituirá, após dois anos de transição, a Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e a Lei do Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	implementação dos novos dispositivos nas aquisições e contratações públicas municipais.	12.462/11). A Controladoria alertou ao Gestor acerca da necessidade de adotar as providências necessárias para a regulamentação da Lei, à capacitação de servidores de todos os setores envolvidos e demais procedimentos e adequações que serão necessárias para empregá-la nas compras e contratações públicas, para que o órgão já esteja preparado para a formalização dos processos fundamentados na Nova Lei de Licitações.	
3.5	Ação preventiva sobre a não realização de cômputo da contratação temporária de mão de obra, em processos específicos para tal, nas despesas com pessoal.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 002/2022 , <u>reforçando recomendações emitidas em anos anteriores</u> , com o intuito de orientar o Gestor para que reavalie, junto a Secretaria da Fazenda e de Administração, os contratos vigentes e os novos que envolvam expressamente contratação de mão de obra, de modo a verificar a real necessidade dessas despesas, bem como a necessidade de cômputo destas no limite de gastos com pessoal estabelecido no artigo 18 da LRF.	Concluído.
3.6	Ação preventiva sobre a observância aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade no que concerne à realização de Concurso Público para preenchimento do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 003/2022 , com o intuito de recomendar que a Administração realize os procedimentos necessários para o planejamento de abertura de concurso público municipal, em cumprimento aos princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia e moralidade, considerando que os últimos concursos realizados pela Prefeitura de Domingos Martins terem sido realizados em 2009 e 2015, sendo que o mais recente contemplou poucos cargos, e foi prorrogado até 2019, não estando mais em vigor para preenchimento do quadro de vagas. Ademais, pode ser verificado que, atualmente, o quadro de pessoal da Prefeitura é ocupado em mais de 50% de contratações temporárias, o que reflete diretamente no Instituto de Previdência do município, que necessita das contribuições previdenciárias de servidores efetivos para garantir os benefícios previdenciários, como aposentarias e pensões.	Concluído.
3.7	Ação preventiva sobre a atribuição dos fiscais de contrato de fiscalizar e garantir a manutenção das condições habilitatórias pelas empresas na execução do contrato, no que concerne a regularidade fiscal e trabalhista junto à fazenda pública federal, estadual e municipal.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 004/2022 , com o intuito de que as Secretarias orientem os fiscais de contrato quanto a responsabilidade e atribuição da conferência de todas as certidões de regularidade fiscal durante a execução contratual, nos processos de aquisição e serviços, verificando sua validade e situação. Ademais, que não sejam inseridas certidões vencidas ou com a situação "positiva" (que contém débitos) no processo, mas sim a devida justificativa no "Relatório do Fiscal" e a formalização de notificação para a empresa.	Concluído.
3.8	Ação preventiva sobre a realização de despesas sem prévio empenho.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 005/2022 , <u>reforçando recomendações emitidas em anos anteriores</u> , com o intuito de orientar acerca das disposições da Lei nº 4.320/1964, principalmente no que tange o art. 60, destacando o caráter obrigatório do prévio empenho, e ao estabelecer que "É VEDADA a realização de despesa sem prévio empenho". Dessa forma, toda e qualquer despesa pública só deverá ser realizada após regular empenho.	Concluído.
3.9	Ação preventiva para orientar sobre a realização de contratações temporárias sem utilização de processo seletivo	A Controladoria emitiu Recomendação Técnica nº 06/2022 , <u>reforçando recomendação emitida no ano anterior</u> , orientando o Gestor, a Secretaria de	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	simplificado, quando necessárias.	Administração e Recursos Humanos, e a Procuradoria Geral, que a contratação temporária excepcional, quando necessária e sempre que possível, seja realizada por meio de processo seletivo simplificado, por meio da seleção dos candidatos inscritos, após ampla divulgação, com base na sua qualificação e capacitação, em cumprimento aos princípios da impessoalidade, isonomia e moralidade. Reforçou-se que esta seleção não substitui nem elimina a obrigatoriedade de posterior realização de concurso público, no caso de necessidade permanente, nem pode ser fonte de direito à permanência do contratado na função.	
3.10	Ação preventiva para orientar sobre a contratação de equipe de segurança e medicina do trabalho, seja ela própria ou terceirizada, para atendimento da legislação trabalhista, de forma a manter e preservar a saúde dos servidores públicos municipais.	A Controladoria emitiu Recomendação Técnica nº 07/2022 , orientando a Administração para que realize os procedimentos necessários para contratação de equipe de segurança e medicina do trabalho, seja ela própria ou terceirizada, para atendimento da legislação trabalhista, de forma a manter e preservar a saúde dos servidores públicos municipais. Ademais, que a Administração Pública, na ausência de programas e ações relacionados a segurança e saúde do servidor, está sujeita a sofrer processos trabalhistas, seja por acidente de trabalho, pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, e, principalmente, doenças e comorbidades ocupacionais, e ser responsabilizada em decorrência de transgressão à norma constitucional que garante proteção ao trabalho em ambiente seguro e saudável; sobretudo quando a gestão de segurança e saúde do trabalhador não é documentada, monitorada, gerenciada , não havendo a possibilidade, caso existente, de contestação pelo Gestor das alegações movidas pelos servidores.	Concluído.
3.11	Por meio da Inspeção nº 001/2022 , buscou-se avaliar a adequação da Instrução Normativa existente para o setor responsável pelo gerenciamento e controle do transporte de pacientes, visita ao setor responsável pelo gerenciamento e controle do transporte de pacientes e entrevista com os responsáveis pelo setor de gerenciamento e controle do transporte de pacientes. Foram constatados os seguintes achados: a) Utilização parcial de sistema informatizado para registro das viagens; b) Padronização da utilização e entrega de comprovante de agendamento do transporte ao usuário; c) Inexistência de checklist do veículo impresso para utilização pelo motorista; d) Benefício de auxílio combustível sem procedimentos formais normatizados; e) Arquivamento indevido dos mapas diários de veículos, em desconformidade com a IN STR nº 001/2014; f) Instrução Normativa SSP nº 003/2013, que dispõe sobre as rotinas,	Com base no que foi realizado na Inspeção nº 001/2022 , foram recomendadas em Relatório às Secretarias e setores envolvidos, as respectivas proposições: a) diante da utilização de sistema informatizado pelo setor, a Controladoria recomendou que gradualmente sejam migrados os registros dos veículos que ainda são manuais para o registro eletrônico. Caso não seja possível realizar o registro de forma prévia, diante das alterações de cronograma, que seja registrado posteriormente, mas de forma tempestiva. Vale ressaltar que o sistema informatizado facilita a consulta dos dados e os backups são realizados regularmente e de forma automática, dificultando a possível perda de dados. b) que o Setor de Transporte Sanitário, junto as demais Unidades Básicas dos distritos, utilizem um modelo padronizado de comprovante de agendamento impresso, nos casos de agendamento nos estabelecimentos, contendo, além das informações já existentes, a Unidade Básica de Saúde e o nome e assinatura do servidor que realizou. No caso do canal Whatsapp, que seja formulada mensagem padrão confirmando o agendamento, contendo os mesmos dados do comprovante físico. c) com o intuito de conceder orientação eficiente e fundamentada aos motoristas, recomendou-se que seja disponibilizado checklist a ser utilizado a cada viagem realizada, conforme modelo já existente na IN STR nº 001/2014 – Versão 02. d) recomendou-se urgentemente que a Secretaria de Saúde elabore instrução normativa, ou outro regulamento que considere apropriado, disciplinando todos os procedimentos que envolvem a concessão do auxílio	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	critérios e procedimentos para controle do serviço de transporte de pacientes do município de Domingos Martins – ES, desatualizada;	combustível e os mecanismos de acompanhamento e controle adotados, e que ainda deverão ser implementados, conforme avaliação dos agentes envolvidos. Os procedimentos deverão ser efetivamente realizados e fiscalizados pela secretaria de forma a respaldar sua atuação e os recursos públicos envolvidos. e) considerando que houve a regulamentação dos procedimentos a serem realizados pelas Secretarias Municipais acerca do gerenciamento, controle e abastecimento da frota, por meio da IN STR nº 001/2014 – versão 02; e que foi dada ampla publicidade dos seus dispositivos aos responsáveis, recomendou-se: I – que a Secretária de Saúde, junto a Gerência de Transporte, adote as providências cabíveis para sanar as pendências referentes aos exercícios 2019 a 2022, para que no <i>prazo máximo de 90 dias</i> sejam encaminhados os documentos completos a Secretaria de Interior e Transporte; II – sobre as dificuldades com relação aos motoristas, principalmente dos mapas antigos que precisam ser refeitos devido as rasuras, que seja designado temporariamente servidor para auxiliar nesses casos, havendo apenas a necessidade de colher a assinatura desses motoristas, e elaborando justificativa formal para os que já não fazem parte do quadro de servidores, que deverá ser anexada ao mapa; III – que o setor passe a acompanhar mensalmente os mapas entregues pelos motoristas, observando tempestivamente rasuras nos documentos, e garantindo sua revisão; IV – que a Secretária de Saúde acompanhe nos próximos meses a entrega dos mapas, não permitindo o acúmulo de documentos e novos atrasos, garantindo que os normativos existentes sejam cumpridos. f) a Controladoria sugeriu que seja feita a revisão desta instrução normativa, devendo-se atualizá-la, para refletir a atual realidade do serviço e conter os novos procedimentos adotados pelo setor, sejam em condutas rotineiras ou recentemente implantadas.	
3.12	Por meio da Inspeção nº 002/2022 , buscou-se avaliar a existência e a coerência das cláusulas dos contratos administrativos de prestação de serviço, compras e aluguel, observados os princípios da legalidade e eficiência. Foram constatados os seguintes achados: a) Contratos sem estrutura pré definida, cláusulas aleatórias; b) Descrição do objeto de forma genérica e deficitária; c) Nenhum dos contratos avaliados possuía cláusula que indique o regime de execução das contratações; d) Todos os contratos apresentaram cláusula de preço e de condições de pagamento, no entanto, em nenhum deles verificou-se as hipóteses e critérios de atualização monetária, e em poucos casos houve manifestação sobre o reajustamento dos preços; e) Observou-se nos contratos selecionados para análise que sobre a	Com base no que foi realizado na Inspeção nº 002/2022 , foram recomendadas em Relatório, e por meio de reunião, à Procuradoria Municipal as respectivas proposições: a) que sejam definidos contratos padrões para as aquisições da Prefeitura, por categoria, isto é, para serviço, bens e aluguéis, como forma de padronizar os instrumentos contratuais, bem como amparar da melhor forma possível as compras públicas, com a inclusão de todas as cláusulas necessárias e importantes para a adequada prestação do serviço ou aquisição do bem; b) definir um conteúdo padrão para a cláusula que define o objeto, aceitando as variações necessárias para as aquisições, no que concerne ao objeto pretendido, sendo estes, serviços, bens ou aluguéis, devendo conter sempre as especificações dos itens; c) determinar que os contratos apresentem cláusula sobre o regime de execução da contratação, conforme exigência legal; d) definir e incluir nos contratos cláusulas robustas sobre a possibilidade de reajustamento dos preços findados, bem como a forma de realizá-lo, quando devido, incluindo os cálculos e o índice a ser aplicado, devendo ser este o mais adequado para refletir a variação de preços relacionada ao objeto intentado no contrato. Ademais, informar os casos, nos quais se enquadram a atualização monetária dos valores em eventuais atrasos nos pagamentos que vierem	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>execução do objeto há apenas indicação superficial das condições para que a mesma ocorra;</p> <p>f) Observou-se em alguns contratos a inexistência da indicação da dotação orçamentária pelo qual ocorrerá a despesa, constando apenas a cláusula genérica;</p> <p>g) Sobre os direitos e responsabilidades das partes, verificou-se uma grande deficiência no conteúdo dessas cláusulas, apresentando poucos itens e em alguns casos até tópicos que não representam obrigações ou responsabilidades, ou referenciando órgãos que não existem na Secretaria na qual se originou a contratação;</p> <p>h) Sobre a legislação aplicável à execução do contrato, em nenhum dos documentos avaliados houve indicação das legislações que seriam utilizadas para dirimir os casos omissos;</p> <p>i) Alguns contratos apresentam cláusula de manutenção durante o contrato das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, outros não, e outros ainda enfatizam a manutenção da regularidade apenas das certidões do FGTS e INSS, porém, ressalta-se que as certidões estaduais e municipais são igualmente importantes;</p> <p>j) Constatou-se a presença nos contratos dos nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às legislação e às cláusulas contratuais, porém considerando a Lei nº 13.709/2018, verificou-se a necessidade de adequar dados que poderiam ser dispensados;</p> <p>l) Inexistência de cláusulas sobre o Tratamento dos dados pessoais;</p> <p>m) A duração de alguns contratos não ficou adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, ultrapassando o exercício financeiro;</p> <p>n) Houve a nomeação do fiscal para acompanhar e monitorar a contratação nos contratados inspecionados, porém não se verificou a presença de cláusulas que amparassem a atuação do mesmo ante ao objeto pretendido;</p> <p>o) Inexistência do ID para a identificação da contratação no CIDADES, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo-TCEES.</p>	<p>a ser provocados pela Administração Pública;</p> <p>e) especificar com maior detalhamento as condições para a execução do objeto para amparar a Administração Pública em seu controle e fiscalização, bem como para o adequado cumprimento de seus itens por parte do contratado.</p> <p>f) especificar com maior detalhamento a classificação do crédito pelo qual ocorrerá a despesa, não utilizando termos genéricos como visto em alguns dos contratos analisados.</p> <p>g) considerando a importância das cláusulas que reportam as obrigações e responsabilidades, para estabelecer uma relação sólida e transparente entre o particular e a Administração, facilitando o controle da execução do objeto e da atuação do contratado, é fundamental que se esgote as possibilidades relacionadas a este tema, dentro do contrato, abordando ao máximo, os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes, com coerência. Somando-se a isso, deve-se promover a atualização do conteúdo dos contratos, no que diz respeito as penalidades a que estão sujeitas o contratado pela inexecução contratual, de forma a refletir as informações presentes na versão 03 da Instrução Normativa SCI nº 008/2018.</p> <p>h) incluir nas cláusulas que abordam as legislações aplicáveis aos contratos, aquelas que direcionarão os casos omissos.</p> <p>i) disponibilizar em todos os contratos administrativos da Prefeitura a cláusula que aborda a necessidade de que o contratado mantenha, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, e que caso as mesmas não sejam cumpridas que providencie a apuração e a adequada aplicação de penalidade, ou promova a rescisão contratual, por meio de abertura de processo administrativo, sem retenção de pagamento, quando o serviço já tenha sido prestado. Reforça-se, portanto, que devem ser excluídas as partes que expressem a possibilidade de retenção de pagamento quando não obedecida as condições habilitatórias do contratado, conforme as jurisprudências verificadas em nosso ordenamento jurídico.</p> <p>j e l) propor a adequação e o tratamento dos dados pessoais existentes no preâmbulo dos contratos administrativos da Prefeitura de Domingos Martins, conforme as exigências da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), bem como incluir nos mesmos, cláusulas desta temática que devam gerir toda a utilização de dados pessoais ao longo da execução do contrato.</p> <p>m) avaliar com cautela os prazos dos contratos, para que a vigência dos mesmos esteja adstrita a do crédito orçamentário, conforme exigência das legislações pertinentes, bem como que só permitam sua prorrogação nos casos expressamente autorizados nestes instrumentos legais.</p> <p>n) incluir nos contratos da Prefeitura uma cláusula específica sobre a atuação dos fiscais de contrato, com informações que os auxiliem e os amparem no exercício dessa função ante ao contratado e à Administração Pública, levando em consideração a matéria apresentada na Instrução Normativa SCI nº 007/2017 – versão 02.</p> <p>o) que seja informado nos contratos firmados pela Prefeitura de Domingos Martins com os particulares, o código gerado pelo sistema CIDADES CONTRATAÇÕES, no momento da inserção do objeto contratado na</p>	

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		respectiva plataforma.	
3.13	Da análise dos pontos de controle selecionados da IN 68/2020 do TCEES, os achados foram disponibilizados no RELUCI.	As proposições ou alertas foram disponibilizados no RELUCI, referente ao ano de 2022.	Regular.
3.14	Ausência de Normatização dos procedimentos de alguns Sistemas da Prefeitura, bem como existência de procedimentos regulamentados que se encontravam desatualizados.	<p>A Controladoria, em parceria com os Sistemas instituídos na Prefeitura de Domingos Martins, providenciou a elaboração das seguintes Instruções Normativas novas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - INSTRUÇÃO NORMATIVA SCV – Sistema de Convênios e Consórcios Nº 003/2022 (Decreto Normativo nº 4.128/2022) – que dispõe sobre as rotinas e procedimentos a serem adotados nas Transferências Voluntárias recebidas da União. <p>E Atualização das seguintes Instruções Normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 004/2013 – Versão 02 – que dispõe sobre critérios de controle, distribuição e dispensação de medicamentos no município de Domingos Martins. - INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI – Sistema Financeiro Nº 005/2013 – Versão 06 – dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração direta do poder executivo do município de Domingos Martins e dá outras providências. - INSTRUÇÃO NORMATIVA SAS – Sistema de Sistema de Assistência Social Nº 001/2014 – Versão 3 – que dispõe sobre as rotinas e procedimentos para cadastramento e atendimento de usuários do sistema único da assistência social – SUAS. - INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 003/2013 – Versão 2 – que dispõe sobre as rotinas, critérios e procedimentos para controle do serviço de transporte de pacientes do município de Domingos Martins – ES. - INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI – Sistema de Controle Interno Nº 002/2012 – Versão 4 – que dispõe sobre orientações e procedimentos a serem adotados para a realização de Auditoria Interna e Inspeções. - INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 005/2020 – Versão 2 – que dispõe sobre a concessão e a distribuição de fraldas descartáveis geriátricas para pacientes residentes no Município de Domingos Martins. 	Regular.
3.15	<p>Foi estabelecido Plano de Ação para cumprimento das metas, sendo efetivamente cumpridos em 2022 os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de sistema informatizado para registro e controle de processos e penalidades cometidas por agentes públicos. • Disponibilização no site oficial os serviços oferecidos ao cidadão, relacionados às áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, pelo menos; • Regulamentação da divulgação das agendas diárias das autoridades; • Divulgação no site oficial a agenda de trabalhos, reuniões, viagens e eventos das autoridades de primeiro e segundo escalões, com indicação do seu objeto, 	A Controladoria acompanhará a implementação dos itens do Plano de Ação firmado no Programa Time Brasil.	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>horário, local e participantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação da Política de Dados; • Estabelecer Plano de Dados Abertos; • Divulgação do Catálogo de Dados Abertos; • Constituição da Comissão de Ética na Prefeitura; • Promoção do Levantamento de riscos; • Elaboração do Plano de ação para gestão de riscos; • Instituição de núcleo de gestão de riscos e instância supervisora para monitorar riscos e controles; • Elaboração do Manual de Transferências voluntárias da União; • Adesão ao Programa “Um por todos e todos por um” da Controladoria Geral da União, para atender ao item de atividades educativas sobre transparência, ética, cidadania e controle social; 		
3.16	<p>A partir da disponibilização contínua do questionário online de Avaliação de Serviços Públicos no site da Prefeitura e as respostas obtidas da população, observou-se após a análise dos dados coletados, que houve uma queda significativa dos resultados entre os semestres, de forma que os serviços estão, em geral, sendo avaliados de regulares a ruins ou com nível de confiança e qualidade baixos.</p>	<p>Com as respostas obtidas da população na aplicação do questionário online, a Controladoria elaborou semestralmente os Relatórios de Avaliação dos Serviços Públicos, que foram publicados no Portal da Transparência do município, com a apuração dos resultados obtidos, bem como encaminhou circulares para as Secretarias, para que as mesmas promovessem a reavaliação de suas condutas na prestação dos serviços públicos, com base na análise dos dados encaminhados.</p>	Concluído.
3.17	<p>A Avaliação de Riscos foi realizada junto às Secretarias, através de questionário online, buscando avaliar, através de gerenciamento de riscos, procedimentos, processos, setores e temáticas suscetíveis a riscos na Prefeitura de Domingos Martins e a necessidade de implantação de controles internos de forma a mitigar ou reduzir eventos capazes de prejudicar o alcance dos objetivos da entidade, ocasionados por falhas de execução, erros, ou até mesmo, casos de fraude e corrupção.</p> <p>Em 2022, com base na última metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, a Controladoria adaptou o questionário aplicado anualmente, com o intuito de avaliar, juntamente com as Secretarias, os processos e os temas, ou situações-problema, que configuram pontos de riscos na Prefeitura. Ademais, os questionários auxiliaram na identificação das temáticas de risco existentes nos órgãos, de forma a fundamentar a elaboração da matriz de risco e do Plano Anual de Auditoria para</p>	<p>Com base na análise dos resultados obtidos na Avaliação do Controle Interno e Identificação de Riscos, a Controladoria elaborou a Matriz de Riscos com o intuito de auxiliar o Controle Interno na seleção dos pontos da Administração Pública Municipal sobre os quais exercerá com mais afinco atividades fiscalizatórias e de acompanhamento no exercício de 2023. Ademais, a Controladoria incluirá no planejamento para o exercício 2023, reuniões e visitas junto aos setores da Prefeitura, buscando aproximar-se dos servidores e instruir acerca do papel da Controladoria e dos trabalhos realizados. Temas como Ouvidoria e Serviços ao Cidadão serão abordados, e outras implementações serão realizadas conforme as ações previstas no Programa Time Brasil, da Controladoria Geral da União, aderido pelo município no exercício de 2021.</p>	Regular.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>o exercício de 2023.</p> <p>No que diz respeito a Avaliação do Controle Interno, averiguou-se que foi obtida boa avaliação sobre a atuação da equipe, porém um desconhecimento sobre os últimos trabalhos realizados, que reforça a necessidade de ações de divulgação do trabalho da Controladoria.</p> <p>Ademais, as sugestões dos participantes acerca dos setores e temáticas a serem fiscalizadas no ano de 2023 envolveram pessoal/servidores, obras públicas, processos de eventos, meio ambiente e saúde.</p>		
3.18	<p>A Avaliação de Riscos para o exercício 2023 foi realizada também com a comunidade, através de Consulta Pública com o objetivo de obter a contribuição da população na análise dos temas considerados de risco, de forma a serem incluídos nas atividades da Controladoria no próximo ano.</p> <p>Entre os itens que se destacaram, como um dos mais selecionados em ambas as pesquisas realizadas foram “Servidores – Servidores desqualificados e despreparados” e “Saúde – Dificuldades nos agendamentos de exames e consultas”, e que portanto, deverão ser abordados no planejamento de trabalho do controle interno para o exercício seguinte.</p>	Com base na análise dos resultados obtidos na Consulta Pública para Avaliação e Gerenciamento de Riscos, a Controladoria elaborou a Matriz de Riscos com o intuito de auxiliar o Controle Interno na seleção dos pontos da Administração Pública Municipal sobre os quais exercerá com mais afinco atividades fiscalizatórias e de acompanhamento no exercício de 2023.	Regular.
3.19	Obteve-se um nível de informação relevante para a elaboração dos instrumentos de planejamento, sendo eles o Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), por meio da Matriz de Risco e dos dados coletados de visitas e reuniões com os servidores e com a sociedade.	<p>- A Controladoria elaborou os instrumentos de planejamento para o exercício 2023, com base em todas as informações coletadas, sendo estes:</p> <p>a) Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI);</p> <p>b) Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI).</p>	Regular.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.20	<p>Sobre a auditoria das receitas tributárias realizada no município de Domingos Martins, em 2017, o TCE-ES determinou que o Município de Domingos Martins encerrasse a concretização das atividades previstas no Plano de Ação até 30/06/2021, no qual foi encaminhado Relatório de Acompanhamento para a Corte, com os resultados obtidos. Logo após, por meio de Decisão da Corte o processo de fiscalização foi arquivado, constando em documento que o município encaminhou os documentos solicitados, e que novo monitoramento seria realizado em nova fiscalização do TCEES. Mesmo assim, foi realizado acompanhamento em 2022 pelo Controle Interno para verificar as ações que haviam ficado pendentes, e em contato com a Secretaria da Fazenda, nos foi informado as seguintes situações:</p> <p>a) ITEM 2.4 – Ausência de Revisão da Planta Genérica de Valores A Planta Genérica de Valores foi atualizada em 2021, através da Lei Complementar nº 49/2021 que entrou em vigor em 2022. O cadastro imobiliário foi atualizado e o IPTU do exercício atual foi enviado considerando os novos valores venais. Ante o exposto, o item pode ser considerado como implementado no Plano de Ação.</p> <p>b) ITEM 2.6 – Inexistência de Carreira Específica para Exercício de Atividades de Fiscalização Foi sancionada em 19/05/2022 a Lei Municipal nº 3055/2022 que dispõe sobre a estruturação do plano de carreira e sistema de remuneração e valorização dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, e dá outras providências. A referida lei criou o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, cujo requisito de provimento é curso de nível superior, conforme seu Anexo IV, que trata da descrição dos cargos. Ante o exposto, e considerando a ação prevista no Plano de Ação, o item pode ser considerado como implementado. O cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais será provido mediante concurso público</p> <p>c) ITEM 2.7 – Não Provimento dos Cargos Efetivos de Procurador Municipal Em decorrência da publicação da Lei Municipal nº 3055/2022, de 19/05/2022, que trata do novo Plano de Carreira dos servidores municipais, e da Lei Municipal nº 3056/2022, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira do Magistério Municipal, serão adotadas as</p>	<p>Sobre as ações previstas no plano que encontravam-se pendentes, segue abaixo a situação acerca da implementação e, respectivas proposições:</p> <p>a) ITEM 2.4 – Ausência de Revisão da Planta Genérica de Valores Item implementado.</p> <p>b) ITEM 2.6 – Inexistência de Carreira Específica para Exercício de Atividades de Fiscalização Item implementado.</p> <p>c) ITEM 2.7 – Não Provimento dos Cargos Efetivos de Procurador Municipal Com a aprovação da Reforma Administrativa, através da Lei nº 3055/2022, de 19/05/2022, que trata do novo Plano de Carreira dos servidores municipais, a Administração organizará processo de concurso público para provimento dos cargos em 2023.</p> <p>d) ITEM 2.8 – Ausência de Regulamentação da Administração Tributária Após aprovação da Reforma Administrativa dos servidores, o normativo referente à Estrutura Administrativa da Prefeitura, que compreenderá, dentre outros aspectos, a regulamentação da Administração Tributária, encontra-se em fase de finalização, com previsão de aprovação em 2023.</p> <p>e) ITEM 2.13 – Irregularidades nos Procedimentos Fiscalizatórios de Maximização da Arrecadação Com a aprovação da Reforma Administrativa, através da Lei nº 3055/2022, de 19/05/2022, que trata do novo Plano de Carreira dos servidores municipais, a Administração organizará processo de concurso público para provimento dos cargos em 2023, para que se possa proceder com a efetivação de novos fiscais, reforçando o quadro, diante das justificativas apontadas pela Secretaria da Fazenda.</p> <p>- A Controladoria emitiu no exercício 2022 relatório de acompanhamento da Auditoria de Receitas Tributárias, relacionando o andamento das ações previstas no Plano de Ação.</p>	<p>Situações a e b – Concluído c, d e e – Em andamento.</p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>medidas necessárias para realização de concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de vagas, dentre as quais, a de Procurador Municipal.</p> <p>d) ITEM 2.8 – Ausência de Regulamentação da Administração Tributária A Administração municipal encontra-se em fase de Reforma Administrativa, com reformulação das leis referentes ao Plano de Cargos dos Servidores Municipais, Estatuto dos Servidores Municipais e Estrutura Administrativa. Das leis citadas, foram sancionadas as seguintes leis municipais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 3055/2022, de 19/05/2022 – dispõe sobre a estruturação do plano de carreira e sistema de remuneração e valorização dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, e dá outras providências. • Lei Complementar 056/2022, de 19/05/2022 – Estatuto dos Servidores Municipais de Domingos Martins. <p>O normativo referente à Estrutura Administrativa da Prefeitura, que compreenderá, dentre outros aspectos, a regulamentação da Administração Tributária, encontrava-se em fase de finalização, com previsão de aprovação em 2023.</p> <p>e) ITEM 2.13 – Irregularidades nos Procedimentos Fiscalizatórios de Maximização da Arrecadação Quanto a inexistência de procedimentos fiscalizatórios de instituições bancárias, construção civil e tomadores de serviços, o item permanece não implementado, apesar das capacitações que ocorreram em outros exercícios, diante das seguintes situações expostas pela Secretaria da Fazenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de quadro efetivo fiscal suficiente para dedicação específica ao conjunto de ações relativas à apuração do ISSQN nos muitos ramos de atividades, somando ao fato o 3 trabalho para lançamento do ITBI, que demanda atuação contínua dos fiscais que exercem a sua função precípua; • A alta procura e efetiva aquisição de imóveis situados nas regiões do interior devido a situação atípica no quadro sanitário mundial, que aumentou o registro público de imóveis no município, resultando em aumento significativo no número de processos de ITBI abertos, principalmente entre os anos 2020 e 2022, com prazo de vistoria e conclusão do lançamento do imposto; <p>A Secretaria acrescentou que a</p>		

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	normalização das atividades fiscais está condicionada ao provimento de cargos do quadro de fiscais de tributos, para o atendimento das demandas de fiscalização do ISSQN. Neste sentido, similarmente ao relatado nos itens 2.6 e 2.7, serão adotadas as medidas necessárias para realização de concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de vagas, dentre estas, as de Auditor Fiscal de Tributos Municipais.		

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG¹

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial no exercício de 2022, na Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Domingos Martins, 21 de março de 2023.

Márcia d'Assumpção

Controladora Interna

Franciele Luzia Holz

Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640

¹ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.